



*Prefeitura Municipal de Birigui*

Estado de São Paulo

CNPJ 46.151.718/0001-80

## MANIFESTAÇÃO A RECURSO

Concorrência Eletrônica nº 04/2024

De acordo:

Prefeito

O Agente de Contratação e sua equipe de apoio, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, levar a Vosso conhecimento o(s) Recurso(s) Administrativo(s) referente(s) à fase de habilitação, interposto(s) pela(s) Empresa(s) **A. R DE CAMPOS LTDA**, relativo(s) à licitação realizada na modalidade numerada em epígrafe, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para obra de EXECUÇÃO DE TRECHO DE EMISSÁRIO DO BAIXOTES – 5ª ETAPA - BIRIGUI/SP, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, conforme memoriais descritivos, memorial de cálculo, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e projetos fornecidos pela Secretaria de Meio Ambiente.

Em sessão pública realizada através da plataforma eletrônica “BLL Compras”, após etapa de lances e, diligência efetuada para a suposta vencedora do certame, apresentar prova de exequibilidade de sua proposta, e análise da documentação de habilitação, sagrou-se provisoriamente vencedora a empresa VINÍCIUS NOGUEIRA FABRÍCIO – ME.

Em ato contínuo, abriu-se prazo para a manifestação de intenção recursal, oportunidade na qual a empresa A. R. DE CAMPOS LTDA., manifestou sua intenção.

Outrossim, o prazo de 03(três) dias úteis para a apresentação dos memoriais fora concedido, tendo a empresa A. R. DE

CAMPOS LTDA apresentou suas razões de recurso tempestivamente, alegando que: “objeto social divergentes com as características do objeto licitado, violando as cláusulas 10.7.2.1, 10.7.2.2 do Edital”; “violação – capacidade jurídica, por não estar estabelecida no endereço constante no cadastro da Receita Federal”; “violação capacidade econômica financeira, tendo em vista possuir vários protestos”; “violação – declaração de microempresa, devido seu desenquadramento como ME (faturamento superior a R\$ 360.000,00)” e “violação – matriz de risco, devido as várias violações apontadas, levando ao gerenciamento e administração inadequada da obra e aumento dos custos e/ou descumprimento dos prazos contratuais”.

Oportunamente, transcorrido o prazo para apresentação de razões de recurso, fora concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de contrarrazões, tendo a empresa VINÍCIUS NOGUEIRA FABRÍCIO – ME. manifestado a respeito, tempestivamente, defendendo sobre a incompatibilidade de atividades, em síntese que *“considerando-se o atestado de execução para comprovação técnica apresentado, que denota realização de serviço similar / idêntico com complexidade superior ao exigido no certame, além de que idêntica fundamentação fora apresentada pela recorrente na concorrência pública 02/2024 e 03/2024 deste Município, na qual esta licitante também logrou vencedora, seus argumentos foram rechaçados pela administração, destino idêntico ao que se espera do presente recurso vergastado”; “com relação a violação da capacidade jurídica devido não estar estabelecida no endereço cadastrado perante a Receita Federal, trata-se de um equívoco a época em que o oficial de justiça foi até o local e, como o estabelecimento havia passado por reformas recentes, se encontrava desocupado, mas atualmente a sala resta alugada para eventuais reuniões presenciais e recebimento de correspondências, tendo em vista que a atividade desenvolvida por esta licitante se dá, “in loco”, até pela natureza da atividade explorada”; “com relação a violação – da capacidade econômica financeira pelo fato da licitante ter declarado em processo judicial sua hipossuficiência e possuir protestos, alega que declaração de hipossuficiência é faculdade processual da*





*recorrente, além de que a existência de protestos não pode ser causa para inabilitação de empresa em procedimento licitatório, haja vista que a Lei 14.133 em seu art. 69, indica a documentação que pode ser exigida para fins da comprovação da habilitação econômico-financeira, bem como é entendimento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Súmula 29 - “em procedimento licitatório, é vedada a exigência de certidão negativa de protesto como documento habilitatório”; com relação a violação – declaração de microempresa, devido seu desenquadramento como ME (faturamento superior a R\$ 360.000,00), argumenta que a empresa é devidamente cadastrada no simples nacional, apenas tratando-se, a discussão, do enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, os valores da Licitante nunca ultrapassaram a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, além de que a empresa está procedendo o seu enquadramento como EPP, fazendo jus aos benefícios previstos dos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar 123”.*

É o relatório.

Em sede das razões recursais e contrarrazões, as empresas apresentaram seus memoriais tempestivamente, restando a este Agente de Contratação nomeado através da Portaria nº 47 de 07 de maio de 2024, dar o devido recebimento e prosseguir com o julgamento.

Pois bem.

O agente de contratação ao proferir suas decisões respeita não apenas o princípio de vinculação ao Edital, mas também os demais princípios que norteiam os procedimentos licitatórios, entre os quais, os da legalidade, da vinculação ao edital, segurança jurídica, isonomia e ampla concorrência, bem como selecionar a proposta mais vantajosa.

Antes de entrar no mérito, cumpre dar conhecimento que a Recorrente participou das CE 02/2024 e 03/2024, com objetos idênticos



só diferenciando o trecho a ser executado, onde a empresa Vinícius Nogueira Fabrício se consagrou vencedora em ambas.

A presente Recorrente também apresentou recursos naquelas concorrências eletrônicas, cujo edital são idênticos e com as mesmas exigências deste Edital.

Entretanto, a Recorrente naquelas ocasiões se ateve apenas a demonstrar que o objeto licitatório está totalmente em descompasso com o CNAE apresentado pela licitante, o que afronta o determinado no Edital Licitatório 4, 10.7.2.1, 10.7.2.2 e a Lei 14.133/21 art. 66 e art. 68, bem como o descumprimento da legislação sobre o salário-mínimo profissional perante o CREA”.

Percebe-se, agora, que a Recorrente utiliza novamente seu direito de recurso alegando novos fatos que poderiam ter sido esgotados nos demais recursos já apresentados.

Todavia, compete ao Agente de Contratação, meramente a formalidade de tramitar todo o processo administrativo da licitação, tendo suas decisões embasadas nas documentações trazidas aos autos, bem como deliberações dos responsáveis técnicos, como o caso.

#### **I – VIOLAÇÃO AOS ITENS 10.7.2.1 E 10.7.2.2 - OBJETO SOCIAL DIVERGENTES COM AS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO LICITADO**


Em que pese as alegações e pedido de inabilitação formulado pela empresa A. R. DE CAMPOS, novamente a Secretaria fora devidamente oficiada a se manifestar aos apontamentos e razões trazidas por aquela, e em seu entender, proferiu através do Ofício nº 037/2.024 - GOFS o seguinte:



[...] dentre as atividades econômicas relacionadas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da empresa Vinícius Nogueira Fabrício, há “Construção de rodovias e ferrovias”, tipo de obra que geralmente contempla, entre os serviços de drenagem, a execução de galerias de águas pluviais, onde, no nosso entendimento, **enquadra-se como serviço similar ao objeto do certame**” (grifo nosso)

Inobstante a manifestação acima, o Tribunal de Contas da União já se manifestou quanto a não possibilidade de exclusão de empresa apenas por não possuir CNAE específico do objeto licitado, qual trouxemos ao presente julgamento:

De fato, não está expressamente consignado no contrato social o serviço de transporte de pessoas almejado pela CNEN. Porém, constam dos autos três atestados de capacidade técnica apresentados pela Egel que comprovam a prestação dos serviços desejados para três distintas pessoas jurídicas de direito público. (fls. 90, 99 e 100). **Se uma empresa apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não seria razoável exigir que ela tenha detalhado o seu objeto social a ponto de prever expressamente todas as sub atividades complementares à atividade**





**principal.”** (Acórdão nº 571/2006 – 2ª Câmara) (grifo nosso)

Deste modo, entende o Egrégio Tribunal de Contas da União que a mera inabilitação pelo fato alegado da ora recorrente feriria o próprio caráter competitivo de uma licitação.

Empresas não podem ser atadas somente às atividades expressamente previstas em seu cartão CNPJ e/ou Contrato Social.

Os requisitos de habilitação previstos no art. 62 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21 não exigem habilitação pautada nos códigos da CNAE, ou que o objeto social da empresa seja idêntico ao objeto da licitação, se limitando as exigências em jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, e, econômico-financeira.

Ainda, levantou a recorrida, doutrina do renomado jurista e doutrinador Marçal Justen Filho:

"(...) se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão expressa desta mesma atividade em seu contrato social não pode ser empecilho a sua habilitação". (em Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos.16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 553)

O próprio texto da Lei traz que a habilitação apenas visa a demonstração da capacidade da licitante vencedora em exercer direitos e assumir obrigações (artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021).



Por fim, a empresa provisoriamente tida como vencedora apresentou, quando solicitado, toda a documentação exigida no Instrumento Convocatório, inclusive àquelas descritas na cláusula 10.7.4, qual versa sobre qualificação técnica, sendo devidamente analisada pela representante da Secretaria requisitante e entendedora técnica da pasta, bem como do consultor e representante da empresa PLANCO PLANEJAMENTO, ACROPECUÁRIA E SANEAMENTO LTDA., restando aprovadas.

Dentre a documentação de qualificação acima mencionada, consta a exigência de comprovação de aptidão Técnico-Profissional, cujo teor, in verbis, traz: *"Comprovação de aptidão Técnico-Profissional nos termos do inciso I, Art. 67, da Lei Federal nº 14.133/21, de que a empresa possui profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade(s) técnica(s), **execução de obras e serviços similares/semelhantes ao objeto licitado**, que operem Sistemas de Esgotamento Sanitário"* (grifo nosso).

Durante sessão pública, a própria entendedora técnica desta Prefeitura, devidamente auxiliada pelo consultor da Secretaria de Meio Ambiente, analisou e aprovou a aptidão da empresa em executar os serviços ora licitados através dos acervos apresentados, entendendo este Agente de forma lógica pela habilitação daquela.

Resta, portanto, a obrigatoriedade da decisão proferida por este agente de contratação, ser mantida em habilitar e declarar vencedora do certame a empresa VINÍCIUS NOGUEIRA FABRÍCIO – ME.

## **II – VIOLAÇÃO – CAPACIDADE JURÍDICA**

Ao que tange a alegação trazida pela recorrente no presente tópico, suas razões serão analisadas e julgadas nos termos que seguem.



O Edital traz em seu bojo única e exclusivamente a exigência de comprovação de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, tal qual transcrito abaixo:

10.7.1.1. No caso de Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

Nos termos do princípio basilar da vinculação ao instrumento convocatório, a empresa recorrida, por se tratar de empresário individual, comprovou sua inscrição no órgão competente com sede na rua Prudente de Moraes, 819, Vila Maristela, Sala 07, Presidente Prudente/SP CEP: 19020-370, qual foi verificada, analisada e aprovada pela equipe de apoio presente.

Tanto esse documento como alguns exigidos em edital, constam o mesmo endereço da empresa.

O fato da certidão do oficial de justiça constar naquela ocasião que o imóvel se encontrava desocupado, não diminui a capacidade da licitante vencedora em exercer direito e assumir obrigação, além de que os serviços contratados serão executados “in loco” e a parte burocrática de uma empresa pode ser feita em qualquer endereço, inclusive “home office” prática adotada durante a pandemia e que perdura em muitos setores.

O Edital em nenhum momento trouxe a exigência de comprovação e informação de endereço da sede.

Tal fato deve ser fiscalizado pelos órgãos competentes, restringindo à Administração qual contrata apenas a verificação





da legalidade de sua inscrição naquele, como comprovado às fls. 171 dos respectivos autos.

### **III – VIOLAÇÃO – CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**

Ao que tange a alegação trazida pela recorrente no presente tópico, suas razões serão analisadas e julgadas nos termos que seguem.

O Edital traz em seu bojo única e exclusivamente as exigências elencadas na cláusula 10.7.3 e, que a empresa Recorrida cumpriu devidamente com a apresentação de todos os documentos solicitados.

O fato da empresa recorrida ter apresentado, em algum momento, declaração de hipossuficiência, para deixar de pagar custas e despesas processuais perante o Poder Judiciário, não interfere no julgamento de sua habilitação no presente certame, haja vista, que comprovou o patrimônio líquido exigido para tanto.

Com relação aos protestos apontados pela Recorrente com relação a empresa Recorrida, também não podem ser reconhecidos para efeito de inabilitação em processos licitatórios, conforme Súmula 29 do TCESP. Tanto é que não se encontra no rol taxativo dos documentos elencados no edital elaborado nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

### **III – VIOLAÇÃO – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA**

Ao que tange a alegação trazida pela recorrente no presente tópico, suas razões serão analisadas e julgadas nos termos que seguem.



O Edital traz em seu bojo única e exclusivamente as exigências elencadas na cláusula 10.7.5 e, que a empresa Recorrida cumpriu devidamente com a apresentação de todos os documentos solicitados, precisamente no que concerne a declaração de enquadramento como ME ou EPP, visando ao exercício dos direitos previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Federal 123/2006, alterada pela Lei Federal Complementar 147/2014, quando for o caso, conforme modelo anexo IV.

A empresa Recorrida apresentou literalmente sua declaração nos moldes do anexo IV do presente edital.

O fato do seu faturamento não se enquadrar mais como ME, porém se encontrar dentro do faturamento para EPP, a mesma continuará se beneficiando do tratamento favorecido para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme Lei Federal Complementar 123/2006 e no art. 4º da Lei Federal 14.133/2021.

O reenquadramento de porte é necessário para efeitos tributários e não licitatórios.

O fato da empresa recorrida ter apresentado declaração com título de “Declaração de Microempresa” e no seu corpo constar que cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), não interfere no julgamento de sua habilitação no presente certame, haja vista, que cumpriu os requisitos para ser beneficiária da Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Federal Complementar 147/2014.

O que importa no presente caso é que a empresa Recorrida continua optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2024, conforme consulta realizada em 04/06/2024 (Doc. anexo), devendo apenas providenciar seu reenquadramento como EPP para efeitos tributários e não licitatórios.



Outrossim, a declaração seria comprometedora caso seu faturamento tivesse ultrapassado o limite de R\$ 4.800.000,00. Assim fraudaria a licitação para obter os benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006.

#### **IV – VIOLAÇÃO – MATRIZ DE RISCO**

Ao que tange a alegação trazida pela recorrente no presente tópico, suas razões serão analisadas e julgadas nos termos que seguem.

Apesar das supostas inconsistências apontadas pela Recorrente, restou demonstrado de forma individualizada que nenhuma delas interferem no julgamento já proferido, vez que estamos diante de um processo administrativo licitatório, respaldado na Lei Federal 14.133/2021.

Habilitação, como já dito, visa a demonstração da capacidade da licitante vencedora em exercer direitos e assumir obrigações (art. 66 da Lei Federal 14.133/2021).

A empresa recorrida apresentou não só nessa Concorrência Eletrônica como nas demais que se consagrou vencedora com o mesmo objeto, capacitada para assumir a contratação de forma ilibada.

As matérias aqui ventiladas não interferem na sua participação e consequente habilitação licitatória, pois cumpriu os requisitos estritamente trazidos em Edital.

#### **CONCLUSÃO**

Por conseguinte, este agente de contratação, apreciando as razões e contrarrazões recursais, decide conhecer o recurso interposto, porém, no seu mérito, julgar pelo não provimento no sentido de





RATIFICAR o julgamento já proferido CLASSIFICANDO, HABILITANDO E DECLARANDO VENCEDORA a empresa VINÍCIUS NOGUEIRA FABRÍCIO – ME. por atender as exigências editalícias e referida decisão encontrar-se respaldada na Lei Federal 14.133/21.

S.M.J., opina-se pelo prosseguimento do certame, encaminhando-se os autos à Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos, para as providências cabíveis.

Birigui, 04 de junho de 2.024.

  
**LUCIANI GOMES MENDONÇA PADOVAN**  
**Agente de Contratação**